

Uma década do Programa Proinfância: um olhar para as produções acadêmicas

A decade of the Proinfância Program: a look at academic productions

Una década del Programa Proinfância: una mirada a las producciones académicas

Víviam Carvalho de Araújo

Prefeitura de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

viviamc@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-3148-5683>

Núbia Aparecida Schaper Santos

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

nubiapsiuuff@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-6684-2305>

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar um levantamento bibliográfico acerca da produção acadêmica sobre o Programa Proinfância, considerando as publicações a partir de 2007, ano em que o Programa foi instituído, até o ano de 2017. Ao buscar compreender as concepções que atravessam a implementação de um programa que faz parte de uma política mais ampla no campo da educação, foi preciso dimensionar os aspectos que constituem o modelo federado em nosso país. Realizar um mapeamento da produção teórica da situação do Proinfância possibilitou conhecer como esse programa repercute diante da realidade brasileira, que tem características muito próprias em relação à sua organização social.

Palavras-chave: Políticas de educação infantil. Programa Proinfância. Implementação de programa.

Abstract

The goal of this article is to present a bibliographical survey regarding the academic production about the Proinfância Program, encompassing the publications from 2007 - the year in which the Program was instituted - until 2017. In seeking to understand the concepts that permeate the implementation of a program that is part of a broader policy in the field of education, it was necessary to range the aspects that constitute the federated model in our country. Mapping the theoretical production referring to the situation of Proinfância made it possible to know how this program resonates in the Brazilian reality, which has very particular characteristics concerning its social organization.

Keywords: Early childhood education policies. Proinfância Program. Program implementation.

Resumen

El propósito de este artículo es presentar un relevamiento bibliográfico acerca de la producción académica sobre el Programa Proinfância, considerando las publicaciones desde 2007, año en que se instituyó el Programa, hasta el año 2017. En busca de comprender los conceptos que pasan por la implementación de un programa que forma parte de una política más amplia en el campo de la educación, era necesario dimensionar los aspectos que constituyen el modelo federado en nuestro país. Realizar el mapeo de la producción teórica de la situación de Proinfância permitió conocer cómo este programa resuena en la realidad brasileña, que tiene sus propias características en relación a su organización social.

Palabras clave: Políticas de educación infantil. Programa Proinfância. Implementación de programa.

Artigo recebido em: 11/08/2020 | Aprovado em: 07/01/2021 | Publicado em: 13/03/2021

Como citar:

ARAÚJO, Víviam Carvalho de; SANTOS, Núbia Aparecida Schaper. Uma década do Programa Proinfância: um olhar para as produções. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 11, n. 1, p. 1-16, e31547, jan./jun. 2021. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2021.v11.31547>.

1 Introdução

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) foi criado no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através da Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007. A resolução, instituída pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE¹), apoiou-se em algumas premissas expressas no documento, tais como a necessidade de promover ações supletivas e redistributivas, para a correção progressiva das disparidades de acesso e de garantia do padrão mínimo de qualidade de ensino e no firme propósito do governo de proporcionar à sociedade a melhoria da infraestrutura da rede física escolar de Educação Infantil, ajustando às condições ideais de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2007).

A proposição do Programa Proinfância foi uma importante iniciativa do governo federal considerando o regime de colaboração entre os entes federados no campo da Política Nacional de Educação Infantil. Após uma década de existência e já tendo passado por três governos, é possível observar os avanços e as contradições desse percurso. Inicialmente, lançado como um programa pequeno, teve seu auge e expansão no início do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Hoje o Programa se vê ameaçado diante da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que anunciou o congelamento de investimentos em áreas sociais, o que afeta diretamente a educação e, conseqüentemente, o Programa Proinfância. Segundo dados pesquisados, no ano de 2019, o Programa Proinfância foi fortemente afetado considerando cortes de repasses para a educação, o que ocasionou um esvaziamento de diversos Programas. Esse fato revela-se um paradoxo em um momento de vigência do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014)) que previu, na estratégia 1.5 da meta 1, que contempla a Educação Infantil, a necessidade de "manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil".

Um relatório de avaliação da execução de programa de governo e implantação de escolas para Educação Infantil realizado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (BRASIL, 2017), apresentou dados acerca da quantidade de obras e sua situação no período entre 2007 a março de 2017. O referido relatório informa que, de acordo com dados fornecidos pelo FNDE, foram transferidos aos entes federativos, no período de 2007 a março de 2017, cerca de R\$ 6,4 bilhões relativos à execução do Programa Proinfância. Os dados obtidos informam ainda que em março de 2017, existia um ativo de 8455 registros de unidades contempladas pelo Programa. Desse total, 3482 (41,19%) das obras estariam concluídas.

Buscar um mapeamento das produções acadêmicas sobre o Programa Proinfância foi uma das atividades empreendidas em uma Pesquisa de Doutorado em Educação que buscou compreender a implementação desse programa em um município da zona da mata de Minas Gerais². Na trajetória de buscar construir uma narrativa acerca das produções sobre o Programa, nos apoiamos na filosofia da linguagem discutida pelo círculo de Bakhtin, cuja concepção de linguagem, que se

constitui da/na relação com a estrutura social, só pode ser compreendida como acontecimento ideológico e dialógico no fluxo da história. Bakhtin (2003, p. 297) ajuda na compreensão de que cada enunciado é um elo na cadeia complexa e organizada de outros enunciados:

cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc.

Sendo assim, a enunciação é aqui considerada como sendo de natureza histórica e social. Compreendemos que a produção do conhecimento não se faz de maneira isolada, sendo uma construção coletiva. Esse movimento é necessariamente encadeado e dialoga com outras produções, anteriores e posteriores, fazendo circular discursos.

2 Os caminhos do levantamento bibliográfico e seus enunciados

A partir do objetivo de apresentar um mapeamento do conhecimento já produzido sobre o Programa Proinfância, foi preciso buscar compreender os aspectos, as dimensões e as concepções com que foi abordada a temática. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico, considerando as publicações a partir de 2007, ano em que o Programa foi instituído, até o ano de 2017.

Para consulta, foi feito um levantamento das teses e dissertações disponíveis no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim como dos artigos publicados no banco de dados do *Scientific Eletronic Library* (SCIELO) e no portal de periódicos Capes. Também foi realizada uma pesquisa dos trabalhos publicados na Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), no evento bienal Grupo de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias (GRUPECI), na Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e no site do Ministério da Educação.

Foram considerados, nesse levantamento, relatórios de pesquisas produzidos por grupos de pesquisas e universidades. Alguns desses relatórios encontram-se disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC). A palavra chave utilizada para a busca em todos os artigos, teses, dissertações e documentos foi *Proinfância*.

Após realização desse levantamento bibliográfico, foi possível visualizar a narrativa da produção acadêmica no período de uma década (2007/2017) encontrando, a partir das leituras realizadas, pontos convergentes entre os trabalhos. O Quadro 1 sintetiza o número de trabalhos localizados e suas fontes.

Quadro 1: Quantidade de trabalhos relacionados ao tema "Proinfância" localizados

Base	Quantidade de trabalhos localizados
Banco de teses e dissertações portal CAPES	20
SCIELO e portal periódico CAPES	02
Anped	0
GRUPECI	05
ANPAE	06
Site do MEC	04
Relatório de Pesquisa	01
TOTAL	38

Fonte: Bases de consulta de trabalhos.

Na esteira da história da produção acadêmica, destaca-se a centralidade que a Educação Infantil tem apresentado nas políticas públicas educacionais na atualidade. Tendo como pano de fundo as lutas sociais em prol da Educação Infantil, o Programa Proinfância é considerado uma importante ação do governo federal como uma política indutora de colaboração entre os entes federados para o fortalecimento da política de Educação Infantil, para melhoria e ampliação da rede física das instituições.

Nesse sentido, os trabalhos publicados contribuem para elucidar aspectos do Programa Proinfância desde sua gênese, descortinando os impactos, os entraves e as perspectivas na implementação e nos desdobramentos para a política nacional de Educação Infantil. Por ser um Programa de amplo alcance, muitas são as possibilidades de compreendê-lo através da pesquisa, abarcando tanto os aspectos da macropolítica, como sua relação com os microcontextos. Considerando os aspectos relacionados ao macrocontexto do Programa, foi unânime a relevância do Proinfância como uma ação do governo federal para expansão da Educação Infantil nos municípios através de financiamento para construção de novas instituições.

A leitura dos trabalhos produzidos na última década permitiu, a partir das opções teórico-metodológicas e questões dos pesquisadores, organizá-los a partir de alguns eixos e temáticas, enfatizando que essa foi uma das opções de aproximação, considerando as amplas possibilidades de olhar o Programa Proinfância. Os eixos serão analisados a seguir.

2.1 Eixo 1: "Implementação de políticas públicas/ Programa Proinfância/Regime de colaboração" (9 trabalhos localizados)

Esse primeiro grupo de trabalhos teve como foco a implementação de políticas públicas/ Regime de colaboração / Programa Proinfância (RAMOS, 2011; REZENDE, 2013; GARCIA, 2014; MATTOS, 2014; COSTA, 2015; MARTINS, 2016; SIMÕES e LINS, 2013; SÁ e WERLE, 2015; SOUZA et al, 2017). Nestes, discutiram-se a regulação das políticas públicas, o pacto federativo, os programas federais, os processos de descentralização político-administrativa e as estratégias locais para a implementação de políticas e suas implicações para expansão e qualidade da Educação Infantil. Os trabalhos permitiram conhecer a complexidade que envolve a implementação de políticas públicas, a qual abarca uma diversidade de interesses e atores no processo político, já que toda dimensão da ação pública ocorre a partir da interação entre contexto e atores sociais.

Aspectos relacionados à fragilidade na estrutura administrativa dos municípios foram bastante problematizados. Alguns trabalhos evidenciaram particularidades relacionadas às capacidades locais para a implementação do Programa, discorrendo sobre as dificuldades geradas pela proposta de um projeto-padrão e as reais necessidades dos usuários a partir de uma diversidade vivenciada nos contextos dos entes federados. Fragilidades locais e estrutura organizacional dos municípios, necessidade de ampliação dos recursos financeiros e técnicos, dificuldades na execução das obras em relação à licitação e ao gerenciamento, lentidão, burocracia e falta de monitoramento do Programa também foram fatores questionados. Foram levantadas questões que são apontadas como entraves à implementação, tais como a dificuldade de manutenção dos centros educacionais construídos, a forte dependência dos municípios em relação ao governo federal no provimento de suas políticas locais, a desarticulação entre os órgãos centrais e locais e a pouca participação dos sujeitos envolvidos no processo (gestores, comunidade, professores, representantes dos Conselhos Municipais). Analisando a reverberação do Programa nos microcontextos, os trabalhos buscaram compreender os impactos de sua implementação, sob a ótica de que há uma ressignificação da política quando implementada em contextos específicos, apontando para a necessidade de uma reforma fiscal e de uma revisão do pacto federativo.

Ainda no sentido de problematizar entraves no Programa, foram levantadas questões em relação ao fato de o projeto padrão do MEC não dialogar com a diversidade regional do Brasil. No que concerne à burocracia do Programa, apontou-se a necessidade de mais informações acerca dos projetos constitutivos, suas finalidades e concepções, assim como a melhoria nos canais de comunicação entre os entes federados e uma maior transparência e organização na disponibilização dos dados referentes ao programa.

Sobre os aspectos positivos, alguns trabalhos sinalizam para a intenção do governo federal em regular a etapa da Educação Infantil, subsidiando a implementação de políticas junto aos municípios. O MEC, ao propor ações como a do Programa Proinfância, que é reconhecido por seu ineditismo em relação a uma nova lógica de investimento na Educação Infantil, induz os municípios a pensarem em estratégias para as suas políticas locais.

2.2 Eixo 2: "Políticas públicas para Educação Infantil e sua relação com o Programa Proinfância" (16 trabalhos localizados)

Um segundo grupo de trabalhos produziu-se sobre as políticas públicas para Educação Infantil e sua relação com o Programa Proinfância (SILVA, 2013; MARCONDES, 2013; SATHRES, 2014; SILVA, 2014; PACÍFICO, FREITAS E MATOS, 2017; RICCI, 2014; ALMEIDA E TAVARES, 2014a; GOMES, 2014; FLORES e MELLO, 2012; ALMEIDA e TAVARES, 2014b; NUNES, 2015; HORN, 2013; HORN, 2014; SANTOS E RIBEIRO, 2014; FLORES E ALBUQUERQUE, 2015; ARAÚJO E SANTOS, 2016). Os trabalhos apresentaram uma problematização dos aspectos macro da política e seus impactos para a política de Educação Infantil. Estiveram presentes no debate o direito à educação, a relação Estado e política de Educação Infantil, os impactos do Programa Proinfância, a expansão da Educação Infantil, a formação de professores, os aspectos relacionados à gestão, práticas pedagógicas e condições do trabalho docente. Entre os desafios apontados, destacam-se as tensões entre

os textos das políticas e suas ressignificações nos contextos da prática, evidenciando entraves na trajetória de descentralização de recursos. Tal fato revela que, no processo de implementação, surgem demandas que vão além da cooperação técnica ou financeira prestada pelo governo federal. A análise dos microcontextos permitiu desnudar entraves no que se refere às dificuldades dos municípios em relação ao gerenciamento das obras, cumprimento de prazos e administração dos recursos repassados pelo governo federal para concretização das construções.

A fragmentação das políticas educacionais e a desarticulação entre o político e o pedagógico foram fatores observados nas pesquisas. Um importante aspecto discutido diz respeito à pouca preocupação com uma política de formação para os profissionais que atuam nas instituições construídas pelo Programa. Entraves ligados à formação continuada de professores, gestão escolar, fragilidade nas práticas pedagógicas, dicotomia entre creche e a pré-escola foram alguns dos aspectos abordados. Também foram destacadas questões relativas ao inadequado número de professores/crianças por turma, a grande rotatividade de profissionais nas unidades investigadas, contratação de auxiliares em detrimento do professor, ausência de carga horária reservada para planejamento e avaliação e de condições adequadas de trabalho.

No que tange à especificidade do trabalho com crianças pequenas e ao necessário investimento na formação desse profissional, verificaram-se questões que já deveriam estar ultrapassadas, mas que ganham força nesse novo contexto: ausência de concurso específico para Educação Infantil, de plano de carreira, de piso salarial e de uma política de formação continuada para os professores.

Entre os impactos positivos do Programa, destaca-se a ideia de uma política de equidade, representada pela ampliação de vagas na Educação Infantil a partir da proposição de um atendimento educacional de qualidade. A possibilidade de reestruturação das propostas pedagógicas alinhadas com as concepções vigentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) também foi observada como um impacto importante que o Programa pode apresentar. É relevante destacar que, em algumas localidades, o Proinfância inaugurou o atendimento educacional do berçário. Uma ação exitosa presente nos trabalhos tratou das experiências de cooperação técnica entre MEC e universidades envolvendo projeto de assessoramento técnico-pedagógico na implementação do Proinfância.

Nos trabalhos que foram sistematizados nesse eixo estão os documentos produzidos pelo MEC (HORN, 2013; HORN, 2014) com o objetivo de fornecer indicadores e orientações para auxiliar gestores municipais a equipar e organizar espaços de modo a torná-los parceiros pedagógicos dos educadores, garantindo, assim, uma Educação Infantil de qualidade. A partir de um diagnóstico realizado por amostras nas unidades do Programa Proinfância em relação à utilização dos espaços físicos, o documento aponta as principais distorções, subutilizações e dificuldades na organização dos espaços em relação ao orientado no projeto. A discussão apresentada apontou para a existência de uma clara divisão entre as atividades internas (pedagógicas) e externas (para diversão). Isso evidencia, conforme outros trabalhos discutidos nesse eixo também problematizaram, uma concepção alinhada à perspectiva de uma pedagogia tradicional que desconsidera

o protagonismo das crianças e não compreende que elas aprendem em e na interação com os pares e com o espaço que as circunda.

Os relatórios dos projetos de assessoramentos técnico-pedagógicos produzidos pelas universidades da Bahia (SANTOS E RIBEIRO, 2015) e do Rio Grande do Sul (FLORES E ALBUQUERQUE, 2015) apontam para a exitosa experiência a partir da realização do convênio de cooperação técnica firmado entre o MEC, universidades e secretarias municipais de ensino. Neles, discutiu-se a necessidade de expansão e de continuidade das ações de formação, reforçando o papel fundamental da contribuição das universidades públicas, que está ancorada no tripé ensino, pesquisa e extensão, para a qualidade da Educação Básica.

2.3 Eixo 3: "Programa Proinfância como campo de investigação sobre ressignificação das políticas nos microcontextos, concepções e práticas pedagógicas" (8 trabalhos localizados)

Esse grupo pautou suas investigações tendo as instituições construídas via Programa Proinfância como campo de investigação sobre ressignificação das políticas nos microcontextos, concepções e práticas pedagógicas (ALMEIDA, 2015; VIEIRA, 2016; BRASIL, 2016; OLIVEIRA, 2016; SOARES, 2016; REDIGOLO, 2016; SANTOS, 2014; BRASIL, 2014). As pesquisas demonstraram a existência de um campo de tensões entre os textos das políticas e as suas redefinições nos contextos das práticas pedagógicas. Uma concepção de Educação Infantil escolarizada e preparatória para o Ensino Fundamental, distante do que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ficou evidenciada na maioria dos trabalhos que problematizaram as práticas pedagógicas em instituições construídas via Programa Proinfância. A necessidade de discussões acerca da avaliação e registro, práticas pedagógicas mais dialógicas, centralidade nas interações e brincadeiras e reorganização de espaços e rotinas foram alguns dos aspectos destacados nos trabalhos. A importância de espaços educativos mais dialógicos e a necessidade de evidenciar o lugar do bebê como centro das práticas pedagógicas também foram problematizados.

2.4 Eixo 4: "Relação Proinfância/arquitetura escolar/espaço físico/políticas de espaços escolares/educação ambiental" (5 trabalhos localizados)

Os trabalhos do eixo 4 focalizaram a relação Proinfância/arquitetura escolar/espaço físico/políticas de espaços escolares/educação ambiental/sustentabilidade (OLIVEIRA, 2013; MARCELINO, 2014; CRISTOFOLI, 2014; DALLAGNOL, 2015; KLOSINSKI, 2016). As pesquisas buscaram investigar aspectos das políticas do governo federal que têm como foco expansão da rede pública atrelada a modelos arquitetônicos padrões. Também foram consideradas nos trabalhos questões que envolvem a preocupação do governo central em relação à qualidade desses espaços, apontando que o Proinfância ainda precisa avançar, mas pode ser apontado como um primeiro passo para a elaboração de uma política de espaços escolares para a Educação Infantil.

3 Os textos, o contexto, outro texto: algumas considerações

Bakhtin (2003, p. 410) nos faz refletir que "não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico". Após leitura dos trabalhos explicitados, alguns sentidos puderam ser construídos e serão renovados quando em diálogo com outros textos. Um deles diz respeito ao fato de que, apesar da estratégia do governo federal para a efetivação do direito à Educação Infantil, a partir de uma aplicação razoável de recursos para construção e aparelhagem de novas instituições nos municípios, o que as pesquisas evidenciam é que, de um Programa de amplo alcance como o Proinfância, surgem demandas que vão muito além da cooperação financeira entre governo federal e municípios. O trabalho de Nunes (2015, p. 23) ajuda nessa compreensão, ao analisar o Proinfância como uma nova institucionalidade, sendo necessário "não apenas situar o Programa no contexto das políticas públicas de educação no Brasil, considerando os atores envolvidos neste campo, mas também observar e acompanhar as estratégias adotadas".

O Proinfância faz parte de um programa federal, de abrangência nacional, e as suas regras de operacionalização dependem de um regime de colaboração. Sobre as características do sistema político brasileiro, Arretche (2001) argumenta que, no contexto de um país federativo e multipartidário, podem produzir-se ações não cooperativas, pois, na base da implementação, podem ocorrer incongruências de objetivos. Tal fato acarreta um certo grau de incerteza em relação à convergência de ações dos implementadores.

A leitura dos trabalhos nos leva a questionar se o Programa possui mais características de desconcentração ao invés de descentralização. Ficaram evidentes as condições adversas dos municípios em gerir, de forma autônoma, suas políticas, explicitando a necessidade de que a União deva prover os demais entes federados com maiores capacidades técnicas e financeiras. Arretche (1999, p. 136) defende que as estratégias de indução precisam ser adequadamente desenhadas e implementadas, pois esses são fatores decisivos para o sucesso de transferências de atribuições:

para que uma estratégia de indução seja bem-sucedida, é necessário que os níveis de governo interessados nas reformas tenham disposição - isto é, tomem decisões favoráveis a programas de descentralização - e meios - isto é, contem com recursos financeiros, políticos e administrativos - para implementar políticas cujo desenho institucional obtenha a adesão dos demais níveis de governo.

A falta de articulação na implementação do programa Proinfância demonstrou uma forte fragilidade e dependência dos municípios em relação ao governo federal no que tange ao desenvolvimento de políticas locais. Estudos realizados por Arretche (1999, p. 136) apontam que "quando se trata de municipalizar atribuições de gestão, estratégias eficientemente implementadas por parte do governo federal são decisivas". A autora discute ainda uma característica de grande parte dos municípios brasileiros que possuem uma baixa capacidade econômica, uma fraca tradição administrativa e uma forte dependência de transferências fiscais. Nesse contexto, os programas de descentralização que

oferecem aportes financeiros passam a ter um peso nas decisões das administrações locais. No entanto, é preciso ponderar acerca das capacidades locais para administração e gestão desses programas. Um aspecto que ficou evidente na leitura dos trabalhos foi a necessidade de um fortalecimento e protagonismo dos municípios para que fiquem menos vulneráveis às especificidades locais e menos dependentes de ações do governo federal para o provimento de suas políticas sociais.

Uma questão importante que precisa ser pensada refere-se ao fato de que os municípios estejam organizados para as despesas com manutenção e pagamento de profissionais, já que, conforme a legislação define, é de sua competência oferecer essa etapa da educação. Fica claro, portanto, que essa previsão orçamentária deve ser prioridade para os municípios, que precisam estar atentos para as metas propostas no atual Plano Nacional de Educação.

Os trabalhos que optaram por uma investigação qualitativa das práticas empreendidas nas instituições do Proinfância já em funcionamento assinalam que, a despeito do investimento na área das produções acadêmicas atuais e das orientações e diretrizes realizadas pelo Ministério da Educação, as ações políticas e pedagógicas encontram-se de forma desarticulada, o que ainda não reverbera de forma satisfatória nas práticas empreendidas junto aos bebês e crianças pequenas. Uma frágil identidade da Educação Infantil, ainda pautada nas concepções do Ensino Fundamental, com a fragmentação entre as concepções e as práticas da creche e pré-escola, a pouca preocupação e investimento dos gestores municipais na constituição de carreira específica e formação para os profissionais, são sérios problemas que precisam ser superados.

O mapeamento dos trabalhos evidenciou que não há dúvidas de que o Programa representa avanços em relação à expansão da Educação Infantil e à melhoria da infraestrutura. Todavia, é necessário pensar na possibilidade de que ele também seja um indutor de práticas pedagógicas mais afetas aos estudos e produções atuais da área. Como impactos do Programa, algumas pesquisas realizadas trazem a perspectiva de que o Proinfância mobilize ações nos contextos, ao fomentar reflexões sobre propostas e práticas pedagógicas com bebês e crianças pequenas.

Foram relevantes também as ações de assessoramento e acompanhamento dos municípios que aderiram ao Proinfância via MEC, tendo sido apontada a necessidade de maior aporte financeiro para expansão do assessoramento a um número maior de municípios. A experiência de aproximação entre os entes federados possibilita a difusão de uma concepção de Educação Infantil expressa nos documentos legais do MEC, induzindo os municípios a realizar políticas e práticas pedagógicas condizentes. Ações como essa fortalecem a política nacional de Educação Infantil, uma vez que induzem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) trazendo uma maior amplitude ao Programa Proinfância.

Se pensarmos na necessidade de que a expansão da Educação Infantil via Programa Proinfância esteja atrelada a propostas de trabalho com qualidade, torna-se evidente e necessário superar a visão assistencialista que historicamente acompanha a Educação Infantil, assim como romper com a visão preparatória para o Ensino Fundamental. A Educação Infantil deve ter seu lugar e sua identidade

própria. Os novos centros de Educação Infantil financiados através do Programa Proinfância precisam ser considerados além da construção de prédios espaçosos, com preocupação estética, usados muitas vezes como propaganda pelos governos e, em alguns casos, até mesmo entregues para a gestão privada.

Mais do que isso, é necessário que esse Programa possa fortalecer a política municipal de Educação Infantil, sendo o mote para a elaboração de propostas pedagógicas coerentes e alinhadas com os atuais estudos sobre o desenvolvimento das crianças e no respeito às suas infâncias, reverberando em ações de educação e cuidado, que devem ser indissociáveis, e que realmente sejam significativas para profissionais, bebês e crianças pequenas.

Para além da ampliação e garantia do acesso, é necessária a consolidação de concepções e práticas de qualidade junto aos bebês e crianças pequenas. Isso se faz por meio de ações conjuntas e colaborativas, de uma construção coletiva que envolva gestores, professores, comunidade, pesquisadores e crianças.

Passada uma década do Programa Proinfância, vivenciamos um contexto de retrocessos e de crise, em que as políticas neoliberais e conservadoras trazem impactos para as políticas públicas, impactando a política de Educação Infantil e o Programa Proinfância. Sendo assim, ao considerarmos que o Programa foi uma importante ação de colaboração dos entes federados no campo da Política Nacional de Educação Infantil, torna-se fundamental a necessidade de lutar pela sua continuidade e aprimoramento.

Ao buscar compreender as concepções que atravessam a implementação de um programa que faz parte de uma política mais ampla no campo da educação, foi preciso dimensionar os aspectos que constituem o modelo federado em nosso país. Trazer para o debate a produção teórica da situação do Proinfância em diversos municípios possibilitou conhecer como esse Programa repercute diante da realidade brasileira, que tem características muito próprias em relação à sua organização social.

No caso específico desse Programa, os municípios, que são os implementadores dessa política, têm que lidar com as limitações burocráticas, financeiras e também com as relações de poder. Para Arretche (2001), a implementação transita em um campo de relações entre formuladores e implementadores. Considerando que cada um se situa em diferentes posições na máquina governamental, torna-se fundamental que, para o sucesso da política, o formulador consiga uma ação cooperativa dos diversos atores envolvidos na implementação. Na prática, a política pública é realizada pelos atores encarregados de sua implementação, pois são eles que, de fato, têm a prerrogativa de fazer a política. Eles atuam, tendo como referência a concepção original, conforme explicitado na formulação da política. Todavia, pode-se considerar que esses atores têm uma razoável margem de autonomia, o que lhes permite, por exemplo, atuar segundo seus próprios referenciais e concepções.

A partir do interesse inicial, que foi buscar conhecer os aspectos do Programa Proinfância tendo como referência as pesquisas produzidas na última década, foi preciso ir além de uma simples quantificação dos trabalhos, mas analisá-los e compreender em que medida essa produção amplia a visão sobre o Programa,

permitindo vislumbrá-lo a partir de sua historicidade, possibilitando múltiplos olhares para esse campo.

Referências

ALMEIDA, Fernanda Bezerra de. **Leitura e escrita**: vozes e imagens do Proinfância no Rio de Janeiro. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ALMEIDA, Fernanda Bezerra de; TAVARES, Leandro Henrique de Jesus. Percorrendo os espaços do Proinfância do RJ: diálogos com a pesquisa. In: RICCI, ALINE. **A educação infantil e o programa Proinfância**: organização, impactos e desafios. Goiânia: Grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (EIPP), 2014. p. 24–38. Disponível em: <http://www.grupeci.fe.ufg.br/up/693/o/TR19.PDF>. Acesso em: 3 dez. 2018.

ARAÚJO, Víviam Carvalho de; SANTOS, Núbia Schaper. Políticas Indutoras da Educação Infantil no Brasil: um olhar sobre o Programa Proinfância. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 5.; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 8., 2016, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: Anpae, 2016. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2016/publicacao/cntnt/artigos/eixo_4/E4_A49.html. Acesso em: 5 dez. 2018.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111–141, jun. 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091999000200009>.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 44–55.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução no 006, de 24 de abril de 2007**. Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n6_240407_proinfancia_medida18.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução no 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil. 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Edição Extra, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Transparência. Controladoria-Geral da União. **Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo no 80**: implantação de escolas para educação infantil. Brasília: CGU, 2017b. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10722.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL, Maria Ghislény de Paiva. A organização do espaço na educação infantil a partir das políticas: a reverberação na prática numa unidade construída pelo Proinfância. In:

SEMINÁRIO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIAS, 4., 2014, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: UFG, 2014. Disponível em: <http://www.grupeci.fe.ufg.br/up/693/o/TR08.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL, Maria Ghisleny de Paiva. **Espaço(s) na educação infantil**: entre políticas e práticas. 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CAVALCANTE, Cacilda Rodrigues; OLIVEIRA, Rosimar de Fátima. Tendências das relações federativas na regulamentação da assistência financeira da União para a educação básica. In: REUNIÃO DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Anped, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT05-3500.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Rezende. Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil. In: REUNIÃO DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Anped, 2010.

COSTA, Sandro Coelho. **Programa Proinfância**: considerações sobre os efeitos nas políticas municipais de educação infantil. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CRISTOFOLI, Maria Silvia. Política educacional e o espaço escolar: ações do poder público, planejamento e desafios para a gestão dos sistemas educacionais. In: CONGRESSO ÍBERO AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2014, Porto (PT). **Anais** [...]. Porto (PT): Anpae, 2014. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/MariaSilviaCristofoli_GT5_integral.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

DALLAGNOL, Raquel. **Política educacional e espaço físico escolar**: a infraestrutura como dimensão na garantia de padrão de qualidade. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2015.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Algumas interfaces entre as políticas e as práticas. In: FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de (Orgs.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul**: perspectivas políticas e pedagógicas. Porto Alegre: EdPUCRS, 2015a. p. 17-38.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de (Orgs.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul**: perspectivas políticas e pedagógicas. Porto Alegre: EdPUCRS, 2015b.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; MELLO, Débora Teixeira. Ampliação do acesso à educação infantil via Proinfância: análises de uma política pública em colaboração. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2012, Zaragoza. **Anais** [...]. Zaragoza: Anpae, 2012. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaLuizaRodriguesFlores_res_int_GT1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

GARCIA, Wagner Silvestre de Oliveira Albiol. **Políticas públicas para a educação infantil na cidade de Chapadão do Sul**: estudo de caso do programa Proinfância. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2014.

GOMES, Rosane Monteiro. O Proinfância, por uma política de construção identitária da educação infantil. In: SEMINÁRIO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIAS, 4., 2014, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia, 2014.

HORN, Maria da Graça Souza. **Estudo propositivo sobre a organização dos espaços internos das unidades do Proinfância em conformidade com as orientações desse programa e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEIs) com vistas a subsidiar a qualidade no atendimento.** Brasília: COEDI/MEC, 2013.

HORN, Maria da Graça Souza. **Estudo propositivo sobre a organização dos espaços externos das unidades do Proinfância em conformidade com as orientações desse programa e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEIs) com vistas a subsidiar a qualidade no atendimento.** Brasília: COEDI/MEC, 2014.

KLOSINSKI, Daniele Vanessa. **Uma avaliação da implementação do programa Proinfância em Erechim:** a política dos espaços escolares. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2016.

MARCELINO, Marcolina Maria de Oliveira Pires. **Arquitetura escolar infantil modulada e flexível.** 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MARCONDES, Mariana Mazzini Yannoulas. **A corresponsabilização do Estado pelo cuidado:** uma análise sobre a polícia de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, 2013.

MARTINS, Cláudia Miranda. **Implementação do programa Proinfância no Estado do Tocantins.** 2016. 215 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2016.

MATTOS, Clarice da Silva. **A implementação do Proinfância em Juiz de Fora e seus desdobramentos.** 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

NUNES, Maria Fernanda Rezende (Org.). **Proinfância e as estratégias municipais de atendimento a crianças de 0 a 6 anos.** Rio de Janeiro: Traço e Cultura, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo Prado de. **A mediação na educação infantil:** o caso das unidades do Proinfância no Rio de Janeiro. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Vânia Dias. **Aproximações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil no processo de ampliação da educação infantil no município do Rio Grande a partir do Proinfância.** Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). 200 p. Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

PACÍFICO, Juracy Machado; FREITAS, Sirley Leite; MATOS, Natasha Souza. Proinfância e escolas de educação infantil: um estudo sobre implantação em estado da Região Norte. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 1, p. 228-242, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.8235>.

RAMOS, Jorge Luiz Rocha Reghini. **Implementação de programas federais e descentralização de políticas públicas:** um estudo de casos no contexto do Proinfância. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

REDIGOLO, Vanessa Maria. **Avaliação:** concepções teóricas e práticas no cotidiano da educação infantil e suas implicações. 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

REZENDE, Leonardo Milhomem. **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação**

Infantil – Proinfância: uma proposta metodológica. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RICCI, Aline do Nascimento. A educação infantil e o programa Proinfância: organização, impactos e desafios. In: SEMINÁRIO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIAS, 4., 2014, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UFG, 2014.

SÁ, Jauri dos Santos; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Proinfância: arquitetura escolar na perspectiva da educação infantil. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 27., 2015. **Anais [...]**. Olinda: Anpae, 2015. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2015/app/views/docs/programacao.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SANTOS, Marlene Oliveira dos; RIBEIRO, Maria Izabel Souza (Orgs.). **Projeto assessoramento e acompanhamento aos municípios contemplados pelo Proinfância no Estado da Bahia/MEC-UFBA**, Salvador: UFBA, 2014.

SANTOS, Marlene Oliveira dos. O lugar do bebê e de sua infância nas práticas pedagógicas em instituições do Proinfância. In: SEMINÁRIO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIAS, 4., 2014, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UFG, 2014.

SATHRES, Silviani Monteiro. **“Quem vai? Quem fica? E o que vamos fazer lá?”** Interlocuções sobre a educação infantil e o programa Proinfância em um município da região central do RS. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2014.

SILVA, Roselêa Pereira da. **Crianças aguardem na fila:** estratégias de ofertas de vagas em creches na rede pública municipal de São Gonçalo. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Pablo Luiz de Faria Vieira da. **As condições de trabalho docente na educação infantil:** uma análise a partir do Proinfância em quatro municípios do Rio de Janeiro. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa; LINS, Danielle Mylene Reis. Implementação do Proinfância nos municípios de Pernambuco. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 26., 2013, Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpae, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/PatriciaMariaUchoaSimoes-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SOARES, Flávia Karla. **Educação infantil e diversidade:** concepções das profissionais de uma creche da rede municipal de Pires do Rio- GO. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2016.

SOUZA, Donaldo Bello de et al. Regime de colaboração e educação em tempo integral no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 540-561, jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143903>.

VIEIRA, Daniele Marques. **Imagens da experiência educativa de professores da educação infantil no espaço-ambiente do Proinfância.** 2016. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

Notas

¹ O FNDE consiste em uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação que tem como objetivo prestar assistência financeira, técnica e executar ações relacionadas ao desenvolvimento da educação.

² Trata-se de uma discussão que emerge de uma tese de Doutorado em Educação realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Víviam Carvalho de Araújo; Núbia Schaper Santos.

Coleta de dados: Víviam Carvalho de Araújo; Núbia Schaper Santos

Análise de dados: Víviam Carvalho de Araújo; Núbia Schaper Santos

Discussão dos resultados: Víviam Carvalho de Araújo; Núbia Schaper Santos

Revisão e aprovação: Víviam Carvalho de Araújo; Núbia Schaper Santos

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFJF, parecer número 1.527.317 em 03 de junho de 2016.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

Frederico Braidá; Liamara Scortegagna.

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre as autoras

Víviam Carvalho de Araújo

Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia. Mestre em Educação (UFJF). Doutora em Educação (UFJF). Professora da rede municipal de ensino de Juiz de Fora e do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora. Integrante do Grupo de Pesquisa "Linguagens, Infâncias, Cultura e Desenvolvimento Humano" (LICEDH) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante da Equipe Gestora do Fórum de Educação Infantil Regional Zona da Mata Mineira.

Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4556859U9>.

Núbia Aparecida Schaper Santos

Graduada em Psicologia (UFJF). Mestre em Educação Especial (UFSCar). Doutora em Educação (UERJ). Professora Classe do Departamento Adjunta da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Líder do Grupo de Pesquisa: Linguagens, Infâncias, Cultura e Desenvolvimento Humano - LICEDH. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFJF.

Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4703162Z8>.